

BOULBINA, Seloua Luste *Les miroirs vagabonds ou la décolonization des savoirs (arts, littérature. Philosophie)*. Paris: les Presses du Réel, 2018.

José Luís Jobim¹

A filósofa e pesquisadora Seloua Luste Boulbina, que há muitos anos vem se dedicando a pensar a descolonização, principalmente no âmbito das (ex)colônias francesas, lançou um livro imperdível para os interessados no assunto. Para ela, se você quer descolonizar os saberes, a primeira coisa a fazer é desenvolver modos de pensamento que não reiterem as antigas bases coloniais para pensar como a vida se estruturava nas (ex)colônias. Com essa finalidade, é preciso “aprender a se desorientar”, já que a orientação previamente vigente se baseava em uma cartografia europeia, na qual o centro do mundo e das ideias universais era o velho continente.

No caso dos “*sans Histoire*”, por exemplo, se aceitarmos a como “verdade universal” que a presença da escrita é sinônimo de *civilização*, uma vasta porção da humanidade seria classificada como *não civilizada*. A reivindicação do letramento dos povos como condição básica para a sua inserção na “civilização”, assim como a pecha de “povos sem história” atribuída àqueles que não possuíam um sistema de escrita são dois bons exemplos trazidos à baila por Boulbina para argumentar que o Ocidente foi pródigo em produzir critérios valorativos que o beneficiavam em detrimento de outras regiões do planeta.

Se a consequência de a Europa se considerar o centro do mundo foi a produção de saberes alegadamente “universais”, mas de fato derivados da experiência europeia, então a proposta de “descentrar o universal”, feita pela autora, faz sentido, não importa se a chamamos de *crioulização* ou de outra coisa. O mais importante, no caso, é a *desorientação* que se ganha ao criar termos conceituais que não reiterem os sentidos coloniais anteriormente dominantes.

Particularmente interessante é o capítulo 5, em que a autora analisa o sistema dentro do qual circula a arte do terceiro mundo, incluindo a atuação de agentes do centro, que procuram nas margens por “artistas auto-didatas que não tenham tido uma formação”. Neste capítulo, Boulbina produz uma rica argumentação sobre o problema de atribuir identidades locais como estratégia de *marketing* e/ou como crença política. E lembra que esta atribuição não é feita (apenas) por uma crítica local, já que os agentes do centro de algum modo também cobram que a periferia seja *naïf*, ingênua, primitiva, e produza uma diferença supostamente espontânea em relação à arte europeia.

Para Boulbina, a questão hoje é que a crítica é ainda amplamente monopolizada pelos ocidentais: o risco, então, seria de imputar o relativo estranhamento de uma estética à diferença cultural mais do que à própria prática artística (p. 80-81).

A autora considera que, o colonialista (e às vezes até o nacionalista) tem dificuldade de ver a evolução ou transformação da cultura “nacional”, pois aprecia os estereótipos, que, para Boulbina, são sempre perigosos:

Toda reificação cultural é perigosa, quer se trate de dança, de canto, de cerimônias que se possa querer conservar exclusivamente para produzir imagens de uma identidade recuperada, imortal e inalterável: ‘natureza nacional’ na cultura. (p. 88)

Segundo Boulbina, a identidade se constrói através das diferenças, de forma mais (ou menos) conflituosa, e se elabora com a contribuição das instituições. Para ela, é uma ilusão pensar que os efeitos da colonização desaparecem de imediato após a independência em relação

¹ Universidade Federal Fluminense. ORCID 0000-0002-0271-6665

à matriz, pois “...uma descolonização não se efetua linearmente e progressivamente. A colonização desaparece por fragmentos, sem que se saiba que pedaço se perderá no esquecimento, ou seja, perderá sua eficiência negativa (p.110).” Aqui podemos assinalar que nosso maior escritor do século XIX, Machado de Assis, também pensava nesta direção, quando comentou o *status* da literatura depois do *fiat* da independência política do Brasil:

Mas após o *Fiat* político, *devia* vir o *Fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? é mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado. (Assis, 1858)

De fato, Boulbina parte da constatação da herança do colonialismo, mas acha importante pensar o que vem depois:

De modo geral, a colônia (p)reservou o prazer, a arte e o sonho para os europeus em relação aos não europeus. Em que se transformam esses, depois das independências? O que compartilham? A condição pós-colonial comum não saberia ocultar as grandes fronteiras de sociedades – e, aqui, de mundos – desiguais. Os artistas pós-coloniais passam – em seu trabalho – as fronteiras entre os mundos como entre arte e não arte ou “cultura” e “incultura”. Os processos de descolonização estética mostram “reapropriações”, “reparações”. “desconstruções”. Elas exprimem, de modo diferenciado, o desafio de herdar uma história (que não é a sua) e de retomar o controle. (p. 145)

Para Boulbina, descolonizar-se é herdar uma contradição. Como lidar com o que é um legado danoso, destrutivamente incorporado, agressivamente incorporado? Como escapar desta herança sem cair na ilusão de um retorno ao estado anterior à colonização? Como lidar com a etno-racialização implantada no processo colonial, mas ainda presente na ex-colônia e na ex-matriz (com a presença de imigrados pós-coloniais, prova viva do passado e obstáculo ao apagamento do processo colonial)?

Boulbina ressalta que os arquivos coloniais representam um olhar ao mesmo tempo distanciado, estrangeiro e seguro de si sobre o mundo e sobre os outros; eles encarnam a ambição imperialista da totalidade – a expansão sobre territórios caminhando junto com a expansão de saberes eurocêntricos que passam a ter pretensão de validade universal. Com o fim das colônias, esta pretensão à universalidade é colocada em xeque, por outros saberes que se exprimem nas ex-colônias e buscam refutar o caráter de “verdade” atribuído a uma série de elaborações supostamente científicas sobre as populações e territórios anteriormente dominados.

Como a autora visa o futuro, ela não somente se dirige ao que deve ser recordado do passado, mas também à faculdade ativa do esquecimento, de que falou Nietzsche na *Genealogia da moral*. Se a descolonização não é apenas um período no passado, ou um processo linear, mas um trabalho em si mesma, então, de fato, é necessário responder satisfatoriamente a pergunta: “Que memória e que esquecimento são benéficos ao presente (p. 149)?”

Referência

ASSIS, Machado de (1858). *O passado, o presente e o futuro da literatura*
file:///C:/Users/User/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/passadoPresenteFuturo%20(1).pdf

Submetido em 12/12/2018

Aceito em 26/04/2019